

Campanha do PMDB pela moratória

- 4 JUN 1987

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O coordenador do Grupo Econômico do PMDB, deputado Irajá Rodrigues, pretende reunir assinaturas de dois terços dos congressistas para votação de emenda constitucional suspendendo o pagamento da dívida externa pelo prazo de cinco anos, submetendo-a, ainda, a uma auditoria. Essa decisão foi tomada após o encontro com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e sua assessoria, que informaram aos deputados do PMDB que o déficit público, este ano, ficará em torno de 5 a 6% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os encargos financeiros da dívida (interna e externa) informou o deputado, correspondem a 2,4% do déficit, enquanto as estatais serão responsáveis por 2 a 2,5% do total, ficando o subsídio do trigo (Cz\$ 42 bilhões) em 0,5% e o subsídio ao crédito rural em 1% do déficit. As propostas para redução dos encargos financeiros formuladas por Irajá Rodrigues são no sentido de aplicar um "reductor" na correção monetária para a dívida interna, semelhante ao que aconteceu com os salários, em virtude dos decretos 2.024, 2.065 e 2.012, e suspender o pagamento da dívida externa, o que eliminaria, por cinco anos, a necessidade de converter dólares em cruzados (o que corresponderia a Cz\$ 120 bilhões, este ano).

Rodrigues descartou a possibilidade de um congelamento ou tabelamento de preços a curto prazo, pois há um desajuste muito grande devido à elevação desordenada que tem ocorrido. "Não dá nem para pensar em congelamento agora", afirmou, descartando também a possibilidade de um aumento imediato da carga tributária, seja por alteração de alíquotas, de base de cálculo ou qualquer outro mecanismo. Deverá, no entanto, haver um maior rigor na fiscalização para evitar a "fabulosa evasão de recursos" denunciada pela Associação de Fiscais de Tributos Federais, há dois meses, sem que o governo tivesse adotado qualquer medida, apesar da gravidade da informação de que muitos fiscais estão sendo compelidos a não fiscalizar por ordens da chefia.

REDUZIR PRAZOS

Outra fórmula, que será adotada pelo governo, informou o deputado, será a de reduzir os prazos de recolhimento, de modo a aproximar a data do fato gerador de tributos da data de recolhimento. Isto melhoraria o fluxo de caixa do governo e reduziria a depreciação dos tributos devido aos efeitos inflacionários.

Irajá Rodrigues confirmou a intenção de Bresser Pereira de promover o recolhimento de lucros já realizados dos bancos, transformando 20% deste volume em uma reserva a ser utilizada para subsidiar juros para rolagem das dívidas e financiamentos às microempresas. Paralelamente, os políticos deverão pressionar o Banco Central e Banco do Brasil para que façam chegar aos pequenos empresários os créditos de Cz\$ 23 bilhões já liberados pelo governo e até agora não repassados.